

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 491, DE 2010, DO SR. LUIZ CARLOS HAULY E OUTROS, QUE ACRESCE INCISOS AO ART. 150, VI E ART. 155, X DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - (PROÍBE A CRIAÇÃO DE IMPOSTO INCIDENTE SOBRE INSUMOS AGRÍCOLAS, PECUÁRIA, ALIMENTOS PARA O CONSUMO HUMANO E MEDICAMENTOS), E APENSADAS.

(Apensos: PEC NºS 160/2012 E 301/2013)

Acredita-se ao art. 150, VI e art. 155, X, da Constituição Federal.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Dê-se ao inciso VI, do art. 150 da Constituição Federal, na proposta de alteração estabelecida no art. 1º da PEC nº 491, de 2010, a seguinte redação:

Art. 1º Os artigos 150 e 155 da Constituição Federal passam a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

“Art.150.....

VI -

e) os insumos e fertilizantes utilizados na agroecologia destinados à produção de alimentos voltados ao consumo humano e à pecuária;

f) os alimentos destinados ao consumo humano provenientes da agroecologia;

g) os medicamentos.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Inicialmente, quero registrar que a presente emenda está sendo apresentada, exclusivamente, em relação à proposta de alteração do art. 150 da Constituição Federal, por força do parecer adotado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC, que entendeu ser desnecessária a alteração também no inciso X, do art. 155.

Pelo que depreende-se da proposta, a PEC 491/10, objetiva isentar de impostos, dentre outras coisas com as quais não concordamos, os fertilizantes e produtos agroquímicos e químicos destinados à produção de alimentos destinados ao consumo humano e à pecuária.

Uma vez aprovada a proposta, da forma como está, os agrotóxicos, os fertilizantes químicos e os produtos agroquímicos e químicos destinados à produção de alimentos voltados ao consumo humano e à pecuária, serão demasiadamente estimulados.

Isso se dá quando o Brasil já é o campeão mundial no consumo de agrotóxicos. Em 2013 os fabricantes lucraram mais de R\$ 8,5 bilhões. Foram despejados nas lavouras mais de 1 bilhão de litros de pesticidas.

É um bom negócio para a indústria do setor, mas um péssimo negócio para a saúde do brasileiro e para o meio ambiente. Sabe-se que somente 30% do que é do veneno aplicado fica na planta; os 70% restantes vão para os rios, lagos, solos; contamina as pessoas e os animais. Segundo estudos realizados pelo IBGE, constata-se que a cada 1 dólar investido na compra de agrotóxico equivale a 1,28 dólar em futuros gastos com a saúde pública.

Ao mesmo tempo, segundo notícias divulgadas pela mídia, os produtos saudáveis e naturais vêm ocupando cada vez mais espaço na mesa dos consumidores brasileiros. E um dos principais motores dessa alta, é a expansão da classe média, que deixou de consumir apenas produtos essenciais e passou a buscar itens relacionados a um estilo de vida mais saudável. Levantamento da empresa de pesquisa de mercado Euromonitor International mostra que o segmento cresceu 82% entre 2004 e 2009 e, este ano de 2014, a expectativa é que o consumo desses produtos aumente 40%.

Cumpra-se observar que a exportação de produtos da agroecologia tem crescido a média de 100% ao ano. Portanto, trata-se de um mercado extremamente promissor e que nos deixa otimistas quando se percebe que este modelo que se expande tem como princípio o desenvolvimento sustentável.

Assim, a nossa proposta de alteração dessa PEC, é no sentido de que estimulemos cada vez mais a produção e o consumo de produtos/alimentos provenientes da agroecologia, sem uso de agrotóxico, para não trazer prejuízos à sociedade e ao meio ambiente.

Sala das Sessões, em de maio de 2014.

Deputado Eurico Júnior
PV-RJ

[illegible]

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.